

A INFLUÊNCIA POLÍTICA DE JOÃO CALVINO EM GENEBRA

The Political Influence of John Calvin in Geneva

Juliana das Neves Correa Marques*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir e discutir algumas formulações do pensamento político de João Calvino, um teólogo cristão francês do século XVI, e a sua influência sobre as questões políticas e sociais do seu tempo, isto é, na cidade de Genebra, Suíça. Para discorrer sobre o assunto, será utilizada a obra *As institutas da Religião Cristã*, volume IV, de 1559, de autoria do reformador, que permite a compreensão de seu pensamento político. Para tanto, além da análise do material bibliográfico escrito por Calvino, também será utilizado textos de autores que comentam sobre a possibilidade de os ideais calvinistas terem alcançado o Estado e com esse alcance, ter ocorrido uma modificação na forma de governar do burgo genebrino. De maneira mais específica, busca-se elucidar se as ideias e os argumentos do autor das “Institutas”, impulsionavam a população cristã genebrina para um novo comportamento cotidiano, que contribuía com o Estado para o benefício da cidade; além de tentar compreender, se João Calvino, ao inserir-se diretamente no campo político, contribuiu para uma melhoria na organização administrativa da cidade. Compreende-se, pois, que as ideias calvinistas foram um marco, não só para fiéis, mas também para uma área da sociedade que ocupava um espaço de formação tão importante quanto a religião: a política.

Palavras-Chaves

João Calvino; Política; Genebra; Reforma Protestante; Teologia

ABSTRACT

The present paper aims to analyze the influence that the French Christian theologian, John Calvin, had on the political issues of the city of Geneva, Switzerland, in the sixteenth century, taking as a basis for analysis the ideas defended in the work *Institutes of Christian Religion*, volume IV, 1559. Therefore, we seek to investigate the bibliographic material written by Calvin, in addition to the writings of other authors who discuss the possibility that Calvinist ideals reached the State and with that reach, there was a change in the way of governing of the Genevan town. The present work seeks to elucidate whether the ideas and arguments of the author of the “Institutes” impelled the Christian population in Geneva towards a new daily behavior, contributing to the State for the benefit of the city; in addition to seeking to identify whether John Calvin, by inserting himself directly into the political field, contributed to an improvement in the administrative organization of the city. It is understood, therefore, that Calvinist ideas were a milestone, not only for believers, but also for an area of society that occupied a training space as important as religion: politics.

Keywords

John Calvin; Politics; Geneva, Protestant Reformation, Theology.

* Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciada em História pela Faculdade Saberes.

E-mail: juliananeves1998@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na obra *As Institutas da Religião Cristã* João Calvino afirma que, embora seja papel da Igreja promover a paz e a organização da cidade junto ao Estado, os poderes religiosos e governamentais tinham objetivos diferenciados e que o rei não poderia ser controlado pelo Papa e pelas instituições religiosas, devendo haver uma separação entre estes poderes; o reformador defende a liberdade religiosa e a liberdade política.

A visão do reformador traz a ideia de que todas as instâncias da vida eram redigidas e advindas de Deus e que o rei, em sua regência, assim como o povo na sua vida cotidiana, prestavam contas diretamente ao próprio Deus por suas ações e não aos líderes da Igreja Católica. No campo da política, se houvesse governantes justos seria por ordenação divina, assim como seria por vontade de Deus a ascensão de governos impiedosos e/ou injustos, pois com governantes facciosos, Deus poderia estar ensinando e educando seus filhos a fim de algum propósito sublime. Dessa maneira, Calvino mostra que os governantes da terra poderiam ser chamados “deuses” devido a sua responsabilidade governamental e por serem possuidores de um mandato de Deus.

No que respeita à função dos magistrados, não só é aprovada e aceitável ao Senhor, mas também ele a honrou com títulos mui eminentes, além de nela recomendar com cumulada dignidade. Para lembrar apenas uns poucos títulos: o fato de que são chamados deuses todos quantos exercem a função de magistrados, não deve levar ninguém a pensar que nessa designação reside leve importância, pois com ela significa que possuem um mandato de Deus, que foram providos de divina autoridade e representam inteiramente a pessoa de Deus, cujas vezes de certo modo desempenham. Isso não contém nenhuma cavilação de minha parte, mas é interpretação de Cristo. (CALVINO, 1536, p. 455.)

Ao povo era devida a obediência, e a resistência aos reis impiedosos ficava sobre a responsabilidade de representantes políticos específicos. Em outro trecho do livro o reformador acrescenta:

[...] Ora, isto vale exatamente como se fosse dito que não provém de humana perversidade que nas mãos de reis e outras autoridades esteja, na terra, o arbítrio de todas as coisas, mas pela divina providência e santa ordenação de Deus, a quem assim pareceu bem regular as atividades dos homens, uma vez que ele está presente com eles e também preside em sua formulação das leis e no exercício da equidade dos juízos. (CALVINO, 1536, p. 455)

Isto revela que, na visão do reformador, os reis e autoridades eram parte de uma providência divina instituída por Deus para administrar e organizar a sociedade que governavam.

Além disso, João Calvino era favorável à participação dos cristãos no estudo da Ciência e em exercer funções na sociedade, mediante a profissão própria de cada cidadão. Ele impulsionava os cristãos a ajudar no que fosse necessário para manter a ordem na cidade, seja com planejamentos sociais até a implementação prática destes. O reformador francês valorizava a filosofia, a música, a medicina, a arte, o teatro, entre outros, pois para ele, existe uma graça nomeada “graça comum” dada por Deus aos homens que permitia que o mundo estivesse em ordem e que houvesse excelência em outros segmentos fora da Igreja. Em *As Institutas da Religião Cristã*, Calvino prossegue:

[...] negaremos a luz da verdade aos antigos legisladores que promulgaram princípios tão justos de ordem civil e político? Diremos que os filósofos

eram cegos em sua penetrante reflexão e na descrição científica que nos fazem da natureza? Poderemos dizer que eles, que pela arte da lógica nos ensinaram a falar de um modo consistente com a razão, estavam eles mesmos destituídos de entendimento? Acusaremos de loucura a todos que afanados no estudo da medicina obtiveram vantagens e benefícios para toda a humanidade? O que diremos dos matemáticos? Consideraremos as suas conclusões como devaneios de pessoas dementes? Certamente que não; pelo contrário, leremos com grande admiração os escritos dos antigos sobre estes temas; os elogiaremos porquanto não poderemos descobrir o caráter verdadeiramente excelente deles. E não admitiremos que tudo o que louvável e excelente procede de Deus? (CALVINO, 1536, p. 106.).

Na concepção de Calvino, Deus deu aos homens a capacidade de fazer coisas admiráveis, sendo religiosos ou não. Esse pensamento, pode ter provocado uma nova mentalidade nos cristãos genebrinos, no que diz respeito a responsabilidade com a educação, a ciência, a política etc., levando-os a possuir maior interesse, capacitação e atuação nos assuntos da cidade, com o intuito de conseguir melhorias sociais nos segmentos supracitados, levando a um melhor desenvolvimeto da sociedade.

Para adentrar de maneira mais profunda no assunto, é necessário antes considerar que durante a idade média, a cidade de Genebra era uma vila episcopal que deveria ser governada por um bispo. Porém, desde 1504, estava sob o controle do duque de Savóia, Charles III. Devido a isso, havia uma exasperada disputa pelo poder entre o bispo católico Jean e o duque. Jean morreu e Charles III tomou para si quase toda a autoridade e integrou ao seu comando as adjudicações de causas cíveis que rendiam muito dinheiro e que estavam sobre a guarda do bispado. Houve, então, uma grande revolta entre o povo de Genebra contra o duque e o resultado disso foi o início de uma guerra entre os moradores da cidade e os poderes do duque. João Calvino chegou a Genebra quando ela se encontrava numa situação militar precária, recebendo de direções variadas diversos perigos.

Nesse contexto, a Igreja Católica, mesmo com o domínio do duque ao invés do bispado, era ainda a mandatária das ideias políticas e religiosas que predominavam na mente do povo em Genebra. Havia uma concepção de que o poder de governar o Estado deveria estar submisso às imposições da Igreja.

2 BREVE HISTÓRIA DO CRISTIANISMO NA ANTIGUIDADE

Constantino foi um jovem que, após a morte de seu pai, Constâncio Cloro, tornou-se imperador romano, entre 288 e 337 d.C. Sua relação com os cristãos foi muito importante, pois, em seu governo, foi o primeiro imperador a dar liberdade ao Cristianismo no Império Romano, fazendo com que os seguidores de Cristo voltassem a ser tolerados pelos romanos.

Anteriormente, após se difundir rapidamente, a crença cristã passou a ser vista como uma ameaça. Nessa época, houve uma melindrosa perseguição por parte dos imperadores aos cristãos. Havia em Roma Coliseus, onde em suas arenas desenrolavam-se espetáculos que simulavam batalhas, teatros com histórias mitológicas ou lutas, onde prisioneiros – ladrões, soldados desertores, escravos que haviam desobedecido seus senhores – e muitos cristãos eram condenados à morte por se negarem a adorar os deuses romanos. Os jogos eram variados, havia combate de animais, de gladiadores ou de animais e gladiadores contra prisioneiros.

Era comum e habitual a atração de cristãos serem atirados aos leões no coliseu de Roma para divertimento das multidões:

“O povo que se deleitava com aquelas cenas de carnificina eram homens como nós; naquele tempo, como agora, o coração era capaz de sentimentos nobres. Havia no Coliseu, testemunhando os jogos cruéis, senadores que podiam sentar-se com honra no parlamento britânico; (...). Havia pais de família, que bradavam clamorosamente para que o gladiador ferido fosse acometido novamente, e o seu corpo moribundo, cortado em pedaços pelo oponente triunfante, e que à tarde, ninavam os filhos com toda a ternura do amor paternal.” (O'REILLY,2005, p.33-34).

Essa situação começou a mudar com Constantino. Ao se ver perto de uma batalha de guerra, após um sonho que teve na noite anterior ao confronto, Constantino teria se simpatizado com a religião cristã, pois, no sonho, o deus dos cristãos havia lhe prometido a vitória se ele anunciasse publicamente o cristianismo com uma religião aceita no Império. Em Adrinopla, durante a batalha, ele teria contemplado uma cruz numa visão e isso fez com que ele acreditasse que sua vitória na guerra teria sido dada por Jesus Cristo, sendo assim, ele inseriu o Deus dos cristãos ao panteão ao qual prestava rito e proibiu a perseguição aos cristãos. Entretanto, Constantino continuou politeísta, prestando culto aos deuses pagãos, mas acreditando no Deus dos cristãos como mais um deus. Ele favoreceu a liberdade religiosa no Império, permitindo o culto cristão e foram posicionados ao mesmo nível dos sacerdotes pagãos, os sacerdotes cristãos.

O Imperador também se empenhou em aplicar o edito que estabelecia a restituição dos bens confiscados aos cristãos e, em muitos casos, pagando-se indenizações suplementares; as igrejas tiveram a faculdade de receber legados e seus imóveis ficaram isentos de imposto predial. Foram construídos novos edifícios para o culto e o Palácio de Latrão, pertencente à mulher de Constantino, foi dado ao bispo de Roma. Vários outros benefícios foram recebidos pela Igreja cristã e o interesse de Constantino em relação à Igreja o levou a interferir nos assuntos religiosos com o objetivo de manter entre os cristãos a unidade de dogma e de disciplina:

“Assim o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Edito de Milão, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembleia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram discutidas as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois, Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas ideias.”(FUNARI, 2002, p. 143).

Posterior a isso, somente com Teodósio I, o cristianismo se torna oficialmente a religião do Império, o que trazia a vantagem de ter a seu lado a força governamental, apesar do inconveniente de ocasionar a ingerência do poder temporal no domínio da fé. Foi esse processo de oficialização que permitiu a institucionalização do que hoje se conhece como catolicismo.

Por meados do século IV, surge Agostinho de Hipona. Nascido em 13 de novembro de 354, em Tagaste, na Numídia, seu nome ficou conhecido universalmente. Santo Agostinho foi bispo de Hipona e um dos mais importantes filósofos e teólogos nos primeiros séculos do cristianismo, pois ele criava indagações e tentava solucionar problemas filosóficos refletindo em si, nos seus dilemas e inquietudes intelectuais e morais. Geralmente ele expunha, como teologia e filosofia, respostas para questionamentos particulares.

Agostinho é autor da obra *A cidade de Deus*, em que discute sobre duas possíveis realidades: a cidade de Deus e a cidade dos homens. Os homens que vivem para amar

a si mesmo formam a cidade dos Homens e os homens que vivem para amar a Deus formam a cidade de Deus. “Dois amores construíram duas cidades: a cidade terrena a fez o amor de si mesmo até o desprezo de Deus; a cidade celeste a fez o amor de Deus até o desprezo de si mesmo.” (CD XIV, 26).

Para o bispo, havia dois planos de existência entrelaçados na vida de todos os seres humanos: uma dimensão terrena que diz respeito a tudo que é perecível e temporal e a dimensão celeste, que seria a comunidade cristã que vive na fé e é inspirada no amor a Deus.

Estes dois amores, dos quais um é santo e o outro maculado; um voltado para o bem do outro e o outro egoísta; um olhando sempre os bens sob o ângulo do Bem maior e o outro, usando os bens públicos como se fossem particulares, sob o ângulo do domínio usurpador; um cheio de Deus, o outro cheio de cobiça, de ambição; um tranqüilo, o outro confuso; um pacífico, o outro belicoso; um pretendendo para o próximo o mesmo que para si; o outro pretendendo sujeitar ao próximo o domínio de si (da sua vontade); um governando para a utilidade do próximo, o outro para a sua. (De Gen. Ad Lit. XI, 15-20).

Pensando dessa maneira, Agostinho afirma que o poder temporal deve existir e possuir autonomia e não independência, pois o poder secular (*potestas*) é inferior ao espiritual (*auctoritas*). Já a igreja, junto aos fiéis, cuidava dos assuntos espirituais, ou seja, deveria conduzir o povo ao arrependimento para a salvação.

2.1 Teologia Cristã Medieval

Existiam na Idade Média duas instâncias de poder: a do Estado e a da Igreja. Sendo o Estado de natureza secular, temporal, responsabilizado pelas necessidades mundanas e caracterizado pelo exercício da força física. A Igreja era responsável em levar e acompanhar o homem no processo de salvação de sua alma e usavam da persuasão e da educação como instrumentos, sua natureza era espiritual. Havia grande tensão entre esses dois poderes, o que desencadeou inúmeros conflitos.

No medievo, ao contrário da compreensão da Antiguidade, em que o ofício do Estado era propiciar uma vida boa, prevalece uma negativa concepção do Estado. Isto se deve à compreensão medieval de que o homem teria dentro de si uma natureza descontrolada em suas paixões e submetida ao pecado, o que requeria uma incessante vigilância. Ao Estado, caberia o dever de intimidar os homens para que se comportassem corretamente, podendo se observar o entrelace existente entre a política e a moral. Dentro dessa realidade, era necessário um governante que não fosse tirânico, mas sim justo e capaz de obrigar que se obedeça aos princípios da moral cristã.

No ano de 560, em Cartagena, Espanha, nasceu Isidoro de Sevilha, que por mais de três décadas serviu como arcebispo da cidade de Sevilha. A Monarquia, segundo o pensamento político de Isidoro, não era compreendida como uma imitação falsa do Império e sim como uma instituição que deveria servir a causa cristã, de acordo com a vontade de Deus. Nesse sentido, o servilhano se baseia no princípio de que a realeza estava a serviço da Igreja.

Isidoro de Sevilha foi quem empregou alguns dos aspectos do pensamento político visigodo, que continham dois pólos de influência: a Igreja e o mundo clássico. Deus e o povo cristão são as duas fontes de poder para a concepção de realeza. A realeza seria fundada na comunhão de fiéis e Deus daria o poder. Mas o rei é também, solicitado pela comunidade de fiéis. Posteriormente a Isidoro de Sevilha, tornam-se

importantes as concepções de Tomás de Aquino.

Tomás de Aquino foi um frade católico da Ordem dos Pregadores. Ele nasceu em 1225, em Roccasecca, Lácio, Reino da Sicília, e sua vida foi dedicada ao estudo de teologia e filosofia. Suas obras tiveram enorme influência na teologia e na filosofia, sendo ele o maior expoente da filosofia escolástica. Foi discípulo de Alberto Magno, pensador da Universidade de Paris, defensor da ciência árabe- aristotélica. Tomás de Aquino foi instruído a associar os argumentos teológicos de Aristóteles ao pensamento cristão. Platão e Agostinho também faziam parte do campo influenciador do filósofo.

A rejeição do absoluto antagonismo entre a razão e a fé é uma de suas ideias centrais, tema sobre o qual ele disserta em sua mais conhecida obra, a *Suma Teológica*. Aquino acreditava que existiriam as “verdades da fé”, que eram alcançadas somente por meio da revelação cristã, às quais não podemos chegar através da razão. Mas nem todas as verdades seriam atingidas dessa maneira, existindo também as “verdades naturais teológicas”. Como a razão também era obra de Deus, poderíamos alcançar essas verdades tanto pela fé como pela razão. A fé e a razão nos levariam ao mesmo lugar.

No campo da política, Tomás de Aquino dividiu as leis em lei natural, lei positiva e lei divina. A lei natural visava preservar a vida. A lei positiva era estabelecida pelo homem e visava preservar a sociedade. Já a lei divina conduzia o homem à vida cristã e ao paraíso, guiando assim as outras leis. Para o pensador assim como para Aristóteles, o homem é um animal social e político: a família seria a primeira associação, e o Estado seria sua ampliação e continuação. O Estado existe para ser subordinado à Igreja, no que diz respeito à religião e à moral, pois ela visa o bem eterno das almas.

Para Tomás, a justiça tem a função de estabelecer a igualdade nas relações e instituições e, com isso, combater o vício da corrupção, que torna as pessoas contaminadas pela ganância. No Novo Testamento, Tomás observa que este vício adquire uma dimensão de pecado e de idolatria. Por isso, Tomás exalta demasiadamente a justiça e constrói uma ética da justiça e da solidariedade (SCIADINI, 2002, p. 124).

Analisando esses quatro importantes personagens da História Cristã, pode-se concluir que, embora Teodósio I tenha tornado o cristianismo a religião oficial do Império e, com isso, os cristãos passaram a ter muitos benefícios, cessando a perseguição, o fato de a religião ter se fundido ao poder temporal trouxe, também, consequências negativas. As doutrinas cristãs se solidificaram, tanto quanto os interesses governamentais do Império, criando uma relação de exploração de ambas as partes em relação ao povo nos próximos anos que se seguiriam; e era essa exploração que os reformadores do século XVI viriam a combater. Agostinho de Hipona, influenciou, junto ao pensamento de Isidoro de Sevilha e de São Tomás de Aquino, no passar dos séculos, o pensamento cristão reformador que combateria a junção do poder temporal com o espiritual.

2.2 O Período da Reforma Protestante (1517-1648)

Em 1356, criou-se um colegiado eleitoral formado por alguns bispos, juntamente com alguns nobres, que escolhiam quem seria o monarca do *Sacro Império Romano*¹.

¹ O Sacro Imperio Romano, era uma monarquia de caráter feudal que durou de 800 até 1806 na Europa Central e uma parte do Norte da Europa. Os territórios pertencentes a Alemanha, Holanda, Bélgica, Áustria, Luxemburgo, Republica Checa, Republica Eslovaca, Eslovênia, a parte norte da Itália, a porção

Portanto a igreja Cristã e o monarca garantiam poder um ao outro e isso acarretou, posteriormente, na deflagração da Reforma, pois algumas pessoas dentro da própria igreja começaram a questionar a relação existente entre a instituição religiosa e os nobres, afirmando que a parceria entre os dois poderes não estava contribuindo para a vida espiritual dos líderes religiosos, mas sim transformando a igreja em um balcão de negócios como se pode ver a seguir:

O arcebispado de Mainz encontrava-se vago e a poderosa família dos Hohenzollern – à qual pertencia o margrave de Brandemburgo – quis tomar para si aquele cargo e assim ter um segundo voto na eleição do imperador. O escolhido para o cargo, Albrecht, um irmão do margrave, estava com dois problemas: não tinha a idade para ser um arcebispo e nem mesmo havia sido ordenado. Assim sendo, os Hohenzollern “compraram” o arcebispado para Albrecht. A dispensa papal especial que permitiu-lhe ocupar aquele cargo custou uma elevada soma de dinheiro, que foi tomada por empréstimo a juros exorbitantes da famosa casa bancária Fugger, de Augsburg. Para pagar o empréstimo, Albrecht, agora arcebispo, recebeu de Leão X o direito de vender indulgências, metade dos lucros indo financiar a construção da catedral de São Pedro. (RICHARD, 1594)

Assim sendo, no início do século XVI, por volta do ano de 1517, iniciou-se uma reforma na Igreja que ficou conhecida mundialmente como Reforma Protestante. Com essa reforma, houve o rompimento da unidade da igreja cristã ocidental, surgindo, em consequência disso, igrejas e líderes com pensamentos distintos e interpretações diferentes das Escrituras Sagradas. Essas igrejas protestantes se distanciavam da doutrina cristã papal, apesar de algumas não terem abandonado completamente parte das doutrinas católicas.

A Reforma Protestante tem a grave responsabilidade de ter quebrado a milenária unidade religiosa no mundo cristão-ocidental, provocando o fenômeno da confessionalização, ou seja, a separação social, política e cultural da Europa e de algumas das suas regiões em dois campos: o católico e o protestante. Este sistema cristalizou na fórmula *cuius regio, eius et religio*, pelo qual os súbditos estavam obrigados a seguir a religião do príncipe. O afrontamento entre os dois campos conduziu ao fenômeno das guerras de religião, que afectou sobretudo a França, os territórios germânicos, Inglaterra, Escócia e Irlanda (ORLANDIS, 1993, s/p).

Na Idade Média, a estabilidade política dependia diretamente da unidade da igreja cristã e era de interesse político a unicidade religiosa, tendo em vista que a igreja legitimava o rei. Para o primeiro reformador, Martinho Lutero, havia distinção entre o poder temporal e o poder espiritual e ele traçou uma nítida distinção entre as áreas temporal e espiritual, mas considerou muitas funções, tal como a administração, como sendo não essenciais. Portanto, a maior parte dos estados luteranos desenvolveram um sistema territorial “erastiano” no qual os príncipes superintendiam questões eclesiásticas. Erastianismo foi a concepção defendida pelo suíço Thomas Erastus (1524-83), professor de medicina na Universidade de Heidelberg, de que o estado tinha o direito de exercer suprema autoridade sobre a igreja em todas as questões. Na realidade, essa doutrina foi mais defendida pelo jurista holandês Hugo Grócio (1583-1645) do que por Erasto.

Diferente de Martinho Lutero, João Calvino procurou fazer uma distinção clara entre as esferas de ação da Igreja e do Estado, crendo que era dever do Estado promover a paz, seguir normas bíblicas nas questões civis e proteger a igreja. Nos

leste da França e oeste da Polônia constituíam esse Império.

territórios que o Calvinismo alcançou, tanto quanto em Genebra, as igrejas reformadas da Europa procuraram acompanhar as suas idéias e distanciar-se da dominação civil.

Os *anabatistas*³² e outros reformadores radicais persistiram, a partir de suas interpretações das Escrituras Sagradas e das suas próprias experiências, na indispensabilidade do total rompimento entre o seguimento eclesial e o Estado. Essa posição mostrou-se muito anárquica naquele contexto, resultando numa dura perseguição de todos os outros grupos, protestantes e católicos, em relação a eles. Apesar disso, os anabatistas conseguiram transmitir suas concepções sobre a Igreja e o Estado para outros movimentos congêneres na Inglaterra do séc. XVII: os Batistas, Quakers e Independentes.

Os Batistas defenderam o ponto de vista de que o efeito lógico da doutrina da liberdade religiosa era o embasamento da separação entre a Igreja e o Estado. Utilizando as passagens de Rm 13:1-7 e Mt 22:15-22, eles afirmam que a única forma de preservar o sacerdócio dos crentes e a liberdade religiosa era esse. Dessa maneira, o que eles pretendiam dizer era que o Estado não possui autoridade para intervir nas crenças e práticas religiosas dos indivíduos e das igrejas, e que a igreja não tinha o direito de ganhar do Estado qualquer sustento financeiro; esse movimento ficou conhecido como o mais radical da Reforma Protestante.

Politicamente, o período da Reforma evidenciou uma constante interação entre as igrejas e os poderes constituídos. Na Alemanha, Lutero só teve êxito em sua empreitada graças às ações decididas do príncipe eleitor da Saxônia, Frederico, o Sábio, que o protegeu das investidas do imperador Carlos V (1519-56), o chefe do Sacro Império Romano. Quando do seu célebre comparecimento à Dieta de Worms (1521), Lutero foi colocado sob interdito imperial, sendo ocultado por Frederico no castelo de Wartburgo. O Edito de Worms determinou a supressão do luteranismo (CPAJ, 2008,s/p).

Carlos V (Gante, 24 de fevereiro de 1500 – Cuacos de Yuste, 21 de setembro de 1558) foi o Imperador Romano-Germânico a partir de 1519 e Rei da Espanha como Carlos I de 1516 até sua abdicação em favor de seu irmão mais novo Fernando I no império e seu filho Filipe II na Espanha. (CPAJ, 2008,s/p).

O imperador Carlos V foi o herdeiro de três das principais dinastias europeias: a Casa de Habsburgo da Monarquia de Habsburgo, a Casa de Valois- Borgonha dos Países Baixos Borgonheses e a Casa de Trastâmara das coroas de Aragão e Castela. Ele também governou as colônias espanholas nas Américas e muitos lugares na Europa central, oriental e do sul. Ele foi o primeiro Rei da Espanha.e tornou-se imperador em 1519, seu império cobria mais de quatro milhões de quilômetros quadrados pela Europa, Oriente e Américas. Ele ficou conhecido principalmente por seu papel contra a Reforma Protestante e por suas realizações militares.

Entre 1542-1546 houve uma guerra entre Francisco I, rei da França, e Solimão I, o Sultão do Império Otomano, contra Carlos V e Henrique VIII, rei da Inglaterra, que se entendeu pela Itália, França e nos Países Baixos, bem como tentativas de invasão na Espanha e na Inglaterra para resolver o longo conflito entre Carlos V e Francisco I, especificamente, suas reivindicações sobre o Ducado de Milão.

Neste conflito, o imperador Carlos V careceu do apoio dos príncipes alemães na

² O anabatismo foi um movimento cristão, que diferentemente dos dogmas católicos, os convertidos eram batizados apenas na idade adulta. Eles também reivindicava a separação entre Igreja e Estado e pregava o próprio afastamento e isolamento da sociedade de modo pacífico.

batalha contra a aliança franco otomana- uma aliança militar e diplomática que foi estabelecida em 1536 por Francisco I e Solimão I, também conhecida como a primeira aliança diplomática não-ideológica de seu tipo feita entre um império não- cristão e um cristão- outorgou aos luteranos na Dieta de Spira em 1526. Posteriormente, Carlos V impôs que o Edito de Worms, edito que proibiu os escritos de Martinho Lutero e rotulou-o como inimigo do Estado, fosse aplicado e que fosse anulada a decisão da Dieta de Apura de 1536, e legitimada a Dieta de Spira de 1529. Em abril do mesmo ano, foi apresentado um documento por seis príncipes e catorze cidades livres alemães do Sacro Império Romano Germânico para se manifestar contra o Édito do Imperador Carlos V, que anulava a tolerância religiosa que tinha sido legalmente dada aos principados alemães, com o objetivo de reprimir ao movimento de reforma da Igreja católica iniciado por Martinho Lutero em 1517. Este grande protesto, o “protesto de Spira”, direcionado ao imperador deu aos seus signatários o nome de “protestantes” e fizeram com que *zinglianos*³ e luteranos se juntassem com o objetivo de ordenar uma frente unida contra os católicos.

O célebre Colóquio de Marburg (1529), realizado no castelo do príncipe Filipe de Hesse, não chegou a bom termo, porque as duas partes, tendo concordado acerca de 14 artigos, divergiram sobre o 15º, no que diz respeito à presença de Cristo na Santa Ceia (CPAJ, 2008, s/p).

A reforma de Zuínglio, na Suíça, necessitou de apoio do Conselho Municipal de Zurique. Foi este o conselho que feriu e/ou executou de forma cruel os anabatistas por que se opuseram à obra de Zuínglio e à unidade religiosa que era considerada indispensável para a proteção dos cantões protestantes (1526). O próprio Zuinglio faleceu numa batalha contra os cantões católicos, batalha conhecida com a chamada Segunda Batalha de Kappel (1531).

A implantação da Reforma em Genebra ocorreu no contexto de uma rebelião contra os dominadores católicos da Casa de Savóia, e a simultânea aproximação do cantão protestante de Berna também teve uma forte conotação política. João Calvino teve muitas dificuldades com as autoridades civis, pois a Igreja Reformada de Genebra era uma igreja estatal durante a maior parte do seu ministério.

Na Inglaterra, ao contrário do que aconteceu nas igrejas luteranas e calvinistas de outros países até então, a Reforma se manifestou por meio dos monarcas, tendo partido dos soberanos civis as realizações das mudanças na igreja cristã Inglesa. A reforma protestante na Inglaterra se desenvolveu refletindo, por meio do monarca, o que muitos historiadores marcam como o estabelecimento de nações consolidadas e com espírito nacionalista. Como a Inglaterra foi umas das pioneiras nesse sentido, movida por uma tradição mais afastada da tradição católica e um pouco distante da figura papal.

Em 1534, o parlamento inglês determinava o monarca inglês Henrique VIII como chefe da igreja católica inglesa. Com o rei tendo todo esse poder sobre a igreja inglesa, o mesmo rompeu com a igreja católica e fundou a igreja Anglicana. Esse ato foi influenciado pelos motivos já citados: pensamento nacionalista e ingleses não muito afeitos à igreja católica, mas também pelo rei Henrique VIII entrar em atrito com a igreja católica pela mesma se recusar a anular seu casamento, já que o rei tinha interesse de separar da sua esposa, Catarina de Aragão, alegando que ela não havia lhe dado um

³ A Confissão de Fé dos zwinglianos era reformada, com base na Segunda Confissão Helvética, promulgada pelo sucessor de Ulrico Zuínglio, Heinrich Bullinger, na década de 1560. Os pontos de vista de Zuínglio sobre o batismo eram, na maioria das partes, uma resposta aos anabatistas, que negavam o batismo infantil.

filho homem.

A partir de então a Inglaterra cada vez mais se consolidou no Protestantismo. Houve algumas tentativas de retornar ao catolicismo como igreja da Inglaterra, mas nenhuma teve sucesso, sendo que em 1558 a Inglaterra se torna protestante estabelecida pela filha do rei Henrique VIII. Outro lugar que o protestantismo se estabeleceu por meio da vontade do parlamento foi na Escócia, que tornou-se presbiteriana, por influência da rainha Maria Stuart, que foi da França para Escócia para assumir o trono, além da presença de reformadores que chegaram à Escócia vindos de Genebra e influenciados por Calvino.

Foi complicado e sangrento o conflito político-religioso francês. A família Guise-Lorraine, que era católica, se concentrou ao norte e leste da França, enquanto as famílias Bourbon e Montmorency, ou seja, os reformados, também chamados de huguenotes, se fortaleciam no oeste e sudoeste. A perseguição aos protestantes se ampliou grandemente na França. Apenas a regente Catarina de Médici demonstrou clemência aos huguenotes e tentou fazer com que houvesse uma aproximação entre eles e os católicos, uma tentativa fracassada.

Entre 1562-98, se deu um período de intensas guerras religiosas, que teve como episódio mais brutal, em 24 de agosto de 1572, o massacre do Dia de São Bartolomeu, onde milhares de huguenotes foram mortos ferozmente. Somente em 1598, foi aclamado um edito, o Editto de Nantes, que cessou as guerras e outorgou tolerância limitada aos protestantes.

3 BREVE APRESENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE JOÃO CALVINO

João Calvino foi um humanista, teólogo, pastor, pregador, professor e escritor francês. Nascido no dia 10 de julho de 1509, em Noyon, na região da Picardia, norte da França. Foi o pai do Calvinismo, movimento reformista que impôs hábitos puritanos aos seus seguidores e que se espalhou por vários países da Europa Ocidental. Era filho dos religiosos Gérard Cauvin e Jeanne Lefranc. Sua mãe fora uma mulher piedosa e diz-se que ela levava o menino em peregrinações religiosas para santuários e altares, a fim de orar a Deus e aos santos e venerar as relíquias.

Quando Calvino tinha apenas seis anos sua mãe faleceu, sendo ele confiado aos cuidados de um aristocrata amigo da família. Seu pai tinha conseguido uma posição no departamento legal da Igreja, tornando-se secretário do Bispo e Procurador da Catedral. A princípio, seu pai cogitou que o menino se sairia bem no ofício do sacerdócio e conseguiu um benefício para ele junto a catedral e aos 12 anos João Calvino foi enviado para a Universidade de Paris para estudar Teologia, onde tomou contato com as ideias de Martinho Lutero. Pode-se dizer que em todo tempo em seus estudos de Teologia, Calvino teria sido sustentado originalmente pelo cumprimento de serviços religiosos, sendo isento de sua obrigação pelo pagamento de uma ninharia para um substituto local na catedral.

Em Paris, Calvino concebeu uma grande apreciação por Mathurin Cordier, um dos principais educadores da época, que ele conheceu ao ser enviado por curto tempo para o Collège de la Marche. Fazia parte da equipe de mestres de Calvino, o famoso escocês John Major e o espanhol Antonio Coronel. Foi, possivelmente, por intermédio desses contatos que o jovem ganhou proximidade com a obra *Imitação de Cristo*, de Thomas à Kempis. Tornou-se, então, convicto conhecedor sobre *Bernardo Claraval*

⁵ e Agostinho de Hipona, cujos escritos marcaram tão profundamente seus pontos de vista subsequentes.

Após um conflito entre seu pai e o colegiado da Catedral, Calvino foi enviado em 1529 para Orleans para estudar Direito. Seu pai, ao perceber que a profissão de advogado levava aqueles que a seguiam à riqueza, o enviou para a cidade e o jovem obedeceu fielmente e se dedicou aos estudos fervorosamente.

Sobre a coordenação de Pierre de L'Estoile, João Calvino começou a estudar Direito. Ele sofreu uma intensa influência do humanismo que estava afetando naquele momento a mente de certos líderes da Igreja e de muitos professores nas universidades da França. João Calvino foi, por um tempo, estudar em Bourges sobre a supervisão de André Alciat. Lá, também, começou a estudar grego com Melchior Wolmar. Nesse primeiro período estudando Direito, o jovem foi iniciado na nova disciplina de *Estudo Crítico dos Textos Políticos* e na renovação literária preconizada pelos estudos humanistas.

Em 1531, após a morte de seu pai, o jovem Calvino se mudou para o Collège Fortet em Paris, onde, algumas vezes, o ensino era administrado por um brilhante grupo de humanistas eruditos recentemente estabelecido por Francisco I⁵: os Mestres Reais. No Collège Fortet, um de seus mentores mais iluminados, por seus ensinamentos humanistas, era o famoso europeu Guillaume Budé, junto com *Erasmus de Roterdão*⁶. O lugar portava um currículo flexível e liberdade acadêmica. Calvino continuou seus estudos de grego agora com Pierre Danés e estava capacitado a aprender os rudimentos do hebraico com François Vatable. Ele também tinha grande simpatia natural pelo pensamento de Sêneca. Calvino parecia bastante interessado pelos estudos. Possuía uma mente aberta para aquilo que o humanismo poderia lhe oferecer e as simpatias do jovem pareciam ter se desviado para algum tipo de reforma dentro da Igreja.

3.1 O Reformador e o Protestantismo

Há uma grande discussão entre os biógrafos de João Calvino a respeito de quando se deu seu interesse em se inserir dentro do protestantismo como integrante e reformador. Contudo, as evidências apontam para o período entre 1532 a 1534. Pode ser que em sua caminhada algo tenha lhe marcado e a partir desse momento, uma mudança de pensamento e princípios pode ter se iniciado e se desenvolvido aos poucos em sua mente e coração, mudando sua visão religiosa a respeito dos dogmas e doutrinas da Igreja Romana, levando-o posteriormente ao abandono do tradicionalismo romano. Na introdução de seu comentário sobre os Salmos, Calvino fez

⁴ Bernardo Claraval, era homem de estudo e oração, possuidor do dom da oratória. Além disso, era dedicado ao ensino da catequese. Devido ao reconhecimento de sua fama de santidade e sabedoria, ele tornou-se um personagem muito importante e respeitado por toda a Europa. O fato dele intervir em assuntos públicos, defender os direitos da Igreja contra abusos de Reis e ser chamado para aconselhar Papas e Reis, pode ser usado como prova de sua autenticidade no meio religioso e social.

⁵ Francisco I foi o Rei da França de 1515 até sua morte. Ele foi um grande mecenas e ajudou a propagar o Renascimento na França. Francisco fundou o Colégio de França, que inicialmente se destinava ao ensino das línguas hebraica, grega, latina. Esse foi o seu serviço mais importante ao humanismo.

⁶ Erasmo de Roterdão foi um teólogo e filósofo humanista neerlandês. Ele cursou o seminário com os monges agostinianos e aos 25 anos fez votos monásticos, vivendo como tal, foi um grande crítico da vida monástica e das características que considerava negativas na Igreja Católica. Erasmo viajou por toda a Europa, passando por países como Portugal, Espanha, Croácia, Dinamarca e outros.

o seguinte parecer:

A princípio, como eu estava por demais obstinadamente inclinado as superstições do papado para ser facilmente libertado de tão profundo abismo de lama, Deus, mediante uma repentina conversão subjuguou-me e levou-me a uma organização mental que pudesse ser educada, que era mais oprimida por essas questões do que se poderia esperar de alguém com tão pouca idade. Tendo então recebido alguma amostra e algum conhecimento da verdadeira piedade, fui imediatamente inflamado por um desejo tão intenso de fazer progresso a partir daí, que, ainda que não tenha deixado os outros estudos, passei a me dedicar a eles com menos ardor (CALVINO, 1539, p. XL).

O que se sabe é que o jovem Calvino provinha de uma família católica e abraçava o catolicismo. Sua participação junto ao protestantismo, a princípio, não teria sido uma mudança de vida e sim uma mudança de fé, uma consequência de sua vida que era voltada para os estudos. Segundo Schaff, “foi uma transição do romantismo para o protestantismo, da superstição papal para a fé evangélica do tradicionalismo escolástico para a simplicidade bíblica” (SCHAFF, 2006, p. 310).

Outro fato que contribui para ocultar os detalhes sobre a iniciação de Calvino no protestantismo é que ele pouco falava sobre assuntos pessoais, sendo muito tímido do falar de sua vida. Certa feita, em 1539, tratando sobre sua transformação, Calvino escreveu:

Contrariado com a novidade, eu ouvia com muita má vontade e, no início, confesso, resisti com energia e irritação; porque (tal é a firmeza ou descaramento com os quais é natural aos homens persistir no caminho que outrora tomaram) foi com a maior dificuldade que fui induzido a confessar que, por toda minha vida, eu estiver na ignorância e no erro. (CALVINO apud GEORGE, 2004, p. 172).

Outro a se referir sobre o assunto é Felice. O mesmo levanta a hipótese que um primo de Calvino o teria influenciado enormemente na sua virada do catolicismo para o protestantismo. O autor afirma: “ a Bíblia que recebeu das mãos de um de seus parentes, Pedro Roberto Olivétan, o arrebatou do catolicismo” (FELICE, 1888, s/p).

Portanto, Calvino Já professava a fé cristã quando abraçou o protestantismo. Inicialmente, transformou-se seu pensamento e, mais tarde, seu comportamento, com o abandono dos dogmas e doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana.

3.2 A chegada de João Calvino em Genebra

João Calvino se confessava um pouco tímido e introvertido e, por isso, buscou cantos reclusos onde pudesse ter tranquilidade para estudar. Paris, Poitiers, Orleans, Basiléia, Estrasburgo e Itália foram os principais pontos no percurso de Calvino durante dois anos ou mais. Mas os planos de obter paz para estudar não deram muito certo, pois todos que tinham algum desejo por pura doutrina estavam indo até ele para aprender. Seu isolamento transformou-se em um "educandário público".

Estando em Orleans, redigiu sua primeira obra teológica, *Psychopannychia*, publicada no ano de 1542. No livro, Calvino refutava o pensamento de algumas pessoas que imaginavam que no intervalo entre a morte e o julgamento, a alma entrava em sono profundo, o que ele considerava um erro. João Calvino passou por Estrasburgo em seu caminho para a Basiléia, onde chegou em 1535, e lá publicou em março desse mesmo ano a primeira edição das *Institutas da Religião Cristã*, uma obra curta de tamanho reduzido. Ele teria introduzido o livro com uma carta ao rei da França, onde

ele pedia clemência e justiça nos julgamentos, pois a fé reformada estava na França e seus seguidores estavam sendo perseguidos, acusados de delírios perversos e falsas opiniões. Calvino buscava enviar ao rei um relato justo sobre a situação.

Em 1536, com o intuito de encontrar-se com Renée, uma das filhas de Luís XII, e Duquesa de Ferrara, João parte para Itália sob o nome de Charles d'Espeville, nome que ele usou posteriormente em suas correspondências. Renée havia dado refúgio em sua corte para vários refugiados de grande importância para a reforma e, na casa da Duquesa, Calvino se encontrou com Clément Marot, um escritor e poeta de hinos francês. Acredita-se que nesse momento, na Itália, junto aos reformadores refugiados, Calvino tenha ganhado um pouco de reputação devido à difusão das *Institutas* e havia decididamente se lançado na luta da reforma da Igreja ao lado deles.

João Calvino necessitou fazer uma viagem para a França depois de sua estadia na Itália. Ele precisava resolver assuntos pendentes com seus irmãos, relacionados à herança deixada após a morte de seu pai em 1531. Após resolver o problema da herança, o reformador planejava ir novamente para Estrasburgo ou para Basileia, mas uma guerra havia irrompido e resultou num desvio de rota, tendo ele que parar em Genebra. Na cidade, o grande responsável pela reforma até então era Lá Guillaume Farel, um francês vinte anos mais velho que João Calvino. Calvino tinha a intenção de permanecer em Genebra por pouco tempo, mas Lá Guillaume sentiu que precisava desesperadamente da ajuda do jovem reformador e, então, fez a Calvino um desafio que tinha o peso de uma chantagem: “Ele alertou-o de que uma maldição cairia sobre ele caso ousasse rejeitar o chamado de Deus de permanecer e trabalhar naquele exato lugar onde ele havia chegado providencialmente” (WALLACE, 2003, p. 22).

João se encheu de terror. Pareceu a ele que “dos céus a mão de Deus” o estava aprisionando a ficar em Genebra. Então, a princípio, ele começou a trabalhar na Igreja desta cidade simplesmente como professor. Logo foi descoberto como um grande pregador, ao qual ninguém nas proximidades poderia se comparar. E num determinado momento, foi chamado para assumir o ofício de pastor (ou bispo) da congregação local.

A tarefa de pregar regularmente a Palavra levou-o enfim ao coração do movimento da Reforma em sua batalha pela alma da Europa, pois, foi mais por meio de sua pregação, que por meio de qualquer outro aspecto de sua obra, que ele exerceu a extraordinária influência que todos reconhecem que ele teve” (WALLACE, 2003, p. 23).

Em seu ministério pastoral em Genebra, Calvino teve de enfrentar uma grande crise. Os ministros receberam ordem do Concílio de Genebra para empregar a prática de Berna de usar pão não levedado na Santa Ceia, de celebrarem as festas tradicionais da Igreja e de usarem pias batismais na igreja para seus batismos. Calvino e seus colegas tiveram posições rígidas e foram proibidos de pregar, mas desafiaram a ordem do Concílio. Em consequência, houve um tumulto na catedral e espadas foram até mesmo sacadas. João Calvino e seus amigos foram convidados a deixar a cidade dentro do prazo de três dias. Saindo da cidade na Páscoa de 1538, dentro do prazo imposto pelo Concílio, Calvino se exilou até setembro de 1541 em Estrasburgo.

Na cidade de Estrasburgo, o pensamento e a teologia de Calvino foram enriquecidos. A cidade tornou-se um lugar de encontro para várias tradições onde eles se ajuntavam e compartilhavam ideias, numa atmosfera de tolerância sem igual. Luteranos, zuinglianos, anabatistas, eram os que mais frequentavam a cidade. Calvino envolveu-se como docente numa faculdade criada por Jean Sturm e teve a oportunidade de desenvolver sua pregação e filosofia pastoral em meio à vida da pequena congregação francesa em que havia sido chamado para servir. Na cidade de

Estrasburgo, Calvino conheceu muitos outros reformadores e teólogos importantes e pôde conhecer novos pontos de vista, métodos e habilidades que enriqueceriam seu conhecimento e ministério. Nesta cidade, o jovem Calvino também se casou com Idelette de Bure, mulher que lhe trouxe muito conforto e felicidade.

O primeiro comentário do Novo Testamento sobre a Epístola de Paulo aos Romanos foi escrito no tempo de sua estadia na cidade e, em 1539, lá ele também produziu uma edição maior e nova das *Institutas* e redigiu, também, *A Short Treatise on the Lord's Supper* (Um curto Tratado sobre a Ceia do Senhor). Calvino também produziu em Estrasburgo sua carta de *Resposta a Sadoleto*.

Em outubro de 1540, foi enviada uma comissão de Genebra até Calvino para pressioná-lo a retornar para Genebra. Sua presença era desejada, mas Calvino se encontrou relutante. Ele tinha repulsa pelo acontecimento que desencadeou sua expulsão de Genebra e acreditava que a cidade deveria ser responsabilizada por isso. Embora relutante, Calvino entendia que sua volta a Genebra era um plano de Deus e que não poderia fugir disso. Após consultar algumas pessoas, se convenceu por completo que deveria sair de Estrasburgo e voltar para a cidade. Calvino voltou para Genebra no dia 13 de setembro de 1541, onde permaneceu e de onde difundiu suas ideias. O reformador faleceu em Genebra, na Suíça, no dia 27 de maio de 1564.

4 OS PRINCÍPIOS MAIS IMPORTANTES DO CALVINISMO

As doutrinas cristãs calvinistas têm fundamento em torno da soberania de Deus. Para os reformados, Deus é soberano em quatro ordens: na criação, na providência, na redenção e no julgamento. Dessa maneira, nada acontece sem que Deus queira que aconteça, ansiando-o mesmo antes que ocorra, e desejando que aconteça da forma que ocorre.

Baseados no versículo “No princípio, Deus criou os céus e a terra” (Gênesis 1.1), os calvinistas defendem que anteriormente à criação do mundo, além de Deus, não havia nada. E, depois, pelo poder de sua Palavra algo a partir do nada passou a existir: matéria, espaço, tempo e energia. A iniciativa, vontade e execução de criar foi completamente de Deus. Deus é soberano na Criação. “Não havia nenhuma ‘necessidade’ metafísica para criar; isso aconteceu por uma ação livre de Deus” (THOMAS, 2017, s/p).

O teísmo tradicional sustenta que Deus é todo-poderoso, todo-conhecedor e presente em todos os lugares. Cada uma dessas afirmações é uma variante da soberania divina. A sua presença, o seu conhecimento e o seu poder, trazem a segurança de que os seus objetivos sejam alcançados e que seus desígnios sejam cumpridos. Deus é soberano na providência.

Em relação à soberania de Deus na redenção, a doutrina calvinista usa um exemplo simples de que o livre arbítrio do homem não o leva ao gozo eterno. Quando se pede a Deus que mude e converta o coração de um descrente à fé cristã, se mostra que por si só o ser humano é incapaz de ir à fé por vontade e iniciativa própria, sendo necessário o convencimento divino anteriormente.

Deus é soberano na redenção, é um fato que explica por que somos gratos a Deus pela nossa salvação e oramos a ele pela salvação de nossos amigos que estão espiritualmente perdidos. Se o poder de salvar está no livre-arbítrio do homem, se ele realmente reside na sua capacidade de se salvar, sem que necessite de ajuda, por que imploraremos a Deus que “vivifique”, “salve” ou “regenerar”? O fato de que consistentemente agradecemos a Deus pela

salvação das pessoas significa (admitamos ou não) que a crença no livre-arbítrio é inconsistente (THOMAS, 2017, s/p).

Na passagem bíblica de Romanos 9.21 o autor discorre: “Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra?” Este versículo é um dos utilizados pelos calvinistas para defender a soberania de Deus no julgamento. À princípio, o versículo pode parecer injusto e arbitrário, como se Deus estivesse brincando de querer e não querer a salvação de algum ser humano. Mas, em resposta a isso, algumas pessoas têm afirmado, utilizando Romanos 9.20, que Deus possui o direito de fazer o que lhe apraz e não se deve criticá-lo. Outros consideram que todos seriam condenados se Deus lhes desse o que realmente merecem. Dessa maneira, se acredita que a eleição é um ato gracioso, além de soberano, que manifesta a glória de Deus.

4.1 Os Mandatos da Criação

O pressuposto Calvinista de que Deus é soberano na Criação, leva-os até o livro de Gênesis, que narra, de acordo com a fé cristã, o início de tudo: da vida humana e do Universo. De acordo com a linha teológica calvinista, o mundo é obra de Deus e teria sido criado com/para um propósito. No meio de sua criação, Deus teria colocado seu trono e é nesse lugar que ele coloca Adão, o pai da raça humana e posteriormente, coloca também Eva. “E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, do lado oriental; e pôs ali o homem que tinha formado.” (Gênesis 2.7-8),

Em Gênesis 1, o escritor, também relata que Deus havia criado os seres humanos a sua imagem e semelhança, "homem e mulher os criou". A partir do capítulo 2 do livro, há o relato de que todos os seres vivos, exceto Adão, tinham um par que lhes completava e logo, o Criador, percebeu que não era bom que o homem estivesse só, então, lhe fez uma ajudadora.

Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. (Gênesis 2.21-23).

Acredita-se que a partir deste momento se constituiu o ato de casamento e observa-se que todos os demais seres humanos que surgirão no mundo, posteriormente, descendem de Adão, inclusive a Eva.

Em Gênesis 1.28 foram dadas duas ordens para Adão: "Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra". A ordem foi para Adão se multiplicar, para que mais pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus povoassem a terra. Após essa ordem, Deus também ordena que o homem domine e administre tudo o que Ele criou. E nesta esfera da Criação, uma aliança foi feita entre o Ser divino e o humano.

Os termos da aliança eram esses: se Adão obedecesse, viveria e ficaria na Criação, gozando de todos os benefícios de Deus. Caso ele desobedecesse, morreria, juntamente com sua descendência e seria amaldiçoado. Este era o pacto da Criação, que tinha Adão como mediador e representante

(BARCELLOS, 2018, p.42).

O Calvinismo chama essa aliança de "Pacto de Obras": enquanto o homem administrava a Criação de Deus e produzia novas cópias à imagem de Deus, ele deveria ser obediente. Essa obediência estaria simbolizada pela árvore do conhecimento do bem e do mal:

E tomou o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar. E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda a árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás. (Gênesis 2:15-17)

A doutrina calvinista defende que a vida humana em seu relacionamento com Deus, a partir do Éden, possui três esferas: cultural, social e espiritual. Essas esferas são chamadas de mandatos. O Mandato Cultural é representado pelo trabalho (Gênesis 1:28). Faz parte do cultivo da Criação. É o domínio que o homem precisa ter. Trazendo para a atualidade, seria a ida ao trabalho, os afazeres domésticos, a ida a escola, a ida à igreja, o cuidado de manter a casa e todos os ambientes sociais limpos e organizados. Cuidar dos filhos, do cônjuge, dos amigos e parentes, entre outros.

O Mandato Social é representado pela família (Gênesis 2:24). O ser humano como portador da imagem de Deus, deveria se multiplicar. Este é o conceito de famílias, clãs, estados e nações.

O Mandato Espiritual é representado pelo descanso (Gênesis 2:2-3). Seria o relacionamento do homem com Deus. É o diálogo e vida que o homem deveria ter com o Criador. Prestar-lhe conta de tudo quanto teria feito e trazer toda glória ao Criador.

Todas as vezes que o ser humano quebra um desses mandatos, ele aponta sua rebeldia e desobediência a Deus, consequência da desobediência de Adão, como no caso do Éden, ao quebrar o pacto de obras depois de comer do fruto da árvore proibida. Depois que o pecado entrou no mundo, o Homem por si só não consegue trazer a ordem que havia no Éden antes da rebeldia humana. Tudo depende da graça divina que, em Cristo, capacita os seres humanos a buscarem organização social, ambiental e espiritual. Sem a obra graciosa de Deus em Cristo os seres humanos estão impossibilitados de cumprirem os mandatos. Por isso foi necessário, de acordo com a doutrina calvinista, alguém que fosse cem por cento homem e cem por cento Deus (aqui se encaixa a soberania de Deus na redenção). Esta é a função de Jesus Cristo: morrer pelos pecados e ressuscitar entre os mortos para trazer novamente a ordem, mesmo que agora toda a criação divina esteja maculada pelo pecado.

4.2 Magistrado civil nas Institutas da Religião Cristã

Na obra *Institutas da Religião Cristã*, capítulo XX, volume IV, João Calvino traz a discussão se há distinção entre o governo civil e a doutrina espiritual da fé e qual deveria ser a posição do cristão diante desses dois poderes. Grande parte do que Calvino escreveu era voltado para os anabatistas, um grupo religioso que defendia que o governo civil era uma área ilegítima ao cristão. No livro, o reformista afirma que haveria de tratar do assunto pois “homens dementes e bárbaros” tentavam subverter, furiosamente, a ordem divinamente estabelecida da participação dos cidadãos religiosos no estabelecimento da justiça civil e justiça exterior dos costumes. Além disso, havia adutores dos príncipes que lhe exaltavam de forma desmedida o poder,

colocando-o em oposição ao domínio do próprio Deus. De acordo com Calvino, era necessário fazer distinção entre o governo civil e a doutrina espiritual da fé, pois são esferas distintas e de natureza diversa.

Porque, quando ouvem que no evangelho se promete uma liberdade que, segundo se diz, não reconhece a nenhum rei e a nenhum magistrado, antes, pelo contrário, visa somente a Cristo, não podem compreender qual é o fruto de sua liberdade enquanto veem alguma autoridade sobre eles. Por isso, julgam que nada pode estar a salvo, a menos que o mundo inteiro adote uma nova forma, na qual não existam juízes, nem leis, nem magistrados, nem outras coisas semelhantes com que estimam que sua liberdade é cortada. Mas quem sabe discernir entre o corpo e a alma, entre esta vida presente e transitória, e aquela vida futura e eterna, não terá dificuldade em entender que o reino espiritual de Cristo e a ordem civil são coisas muitíssimo distintas entre si” (CALVINO, 1559, p. 451)

Com isso, João Calvino quer dizer que o reino de Deus e o governo civil, embora sejam distintos em natureza e função, não se excluem mutuamente, nem são incompatíveis entre si. A ordem social não poderia ser vista como uma coisa imunda e impertinente aos cristãos, pois o reino terreno deveria ser uma reprodução do reino celeste, onde os crentes já poderiam desfrutar do gozo eterno que eles tanto almejavam após a segunda vinda de Cristo.

Ora, este reino espiritual começa justamente aqui na terra em nós uma certa prelibação do reino celeste, e de certo modo auspícia nesta vida mortal e passageira a bem-aventurança imortal e incorruptível. Mas o objetivo do governo temporal é manter e conservar o culto divino externo, a doutrina e religião em sua pureza, o estado da Igreja em sua integridade, levar-nos a viver com toda justiça, segundo o exige a convivência dos homens durante todo o tempo que vivermos entre eles, instruir-nos numa justiça social, fomentar a harmonia mútua, manter e conservar a paz e tranquilidade comuns, coisas essas que reconheço serem supérfluas, se o reino de Deus, como ora se acha entre nós, extingue a presente vida” (CALVINO, 1559, p. 452-453).

O governo temporal tinha a função de conceder auxílios necessários para a jornada na fé, assim como cuidar de que a religião cristã e o culto a Deus não fossem violados. Também deveriam se atentar para o que o povo precisava comer, beber e vestir, além de cuidar para que não houvesse idolatria, nem blasfêmia, que o público não fosse perturbado e que a propriedade de todo homem fosse mantida segura, sendo incoerente pensar que esta ordem responsável por promover o conforto social fosse exterminada.

Para Calvino, a administração pública era composta por três partes: o magistrado, que é o protetor e guardador das leis; as leis, segundo as quais o magistrado governa; o povo, que é regido pelas leis e obedece ao magistrado. A função dos magistrados era concedida por Deus, que os havia honrado com títulos *mui eminentes* e esse ofício seria, na visão do reformador, aceitável, recomendável e aprovado ao Senhor.

Os que exerciam a magistratura eram chamados deuses devido à importância de seu cargo. Eles possuíam um mandato de Deus e possuíam divina autoridade, representando inteiramente ao povo a pessoa do próprio Deus. Era pela divina providência e santa ordenação do Senhor que, nas mãos de reis e outras autoridades, existisse na terra o arbítrio de todas as coisas. O Senhor também estaria com eles no exercício da prudência, em exercer juízos e em suas formulações das leis. Calvino sempre utilizava da Bíblia para defender suas ideias. João Calvino defendia que a

potestade civil, mediante as Escrituras Sagradas, fosse vocação santa e legítima de Deus e não era aceitável que alguém possuísse dúvidas sobre isso. Para o teólogo não havia qualquer poder que não fosse ordenado por Deus.

Ora, ensina também que a potestade é uma ordenação de Deus, e que não há qualquer poder que não seja ordenado por Deus [Rm 13.1, 2]; pelo contrário, os próprios príncipes são ministros de Deus, para louvor aos que agem bem e como vingadores com ira aos maus [Rm 13.3, 4]. Além do mais, acrescentam-se aqui os exemplos de santos dos quais uns exerceram reinados, como Davi, Josias, Ezequias; outros satrapias, como José e Daniel; outros governos civis, em um povo livre, como Moisés, Josué e os Juizes, cujas funções o Senhor declarou que foram por ele aprovadas” (CALVINO, 1559, p 455).

João Calvino também defendia que as formas de governo eram múltiplas e variadas, todavia legítimas e aceitáveis, não sendo, entretanto, uma tarefa fácil discernir qual delas seria de mais utilidade. Todas as três formas de poder continham seu lado ruim. Para ele, a monarquia se inclinava à tirania e numa aristocracia, por sua vez, a tendência é não menos à facção de uns poucos, enquanto na ascendência popular há a mais forte tendência para a sedição. Calvino acreditava que um governo conveniente é o que preserva a liberdade do povo, em moderação e estabilidade. É dever dos magistrados terem o máximo empenho em preservar a liberdade, da qual foram designados protetores, para que não permitam que ela seja diminuída e violada. Deus havia aprovado a instituição dos governantes e eles tinham diante do Criador a grande responsabilidade de prover a comum segurança e paz de todos. Foram constituídos protetores e vindicadores da inocência, decência, honestidade e tranquilidade públicas.

Vemos, pois, que são, cujas virtudes Davi declara que virá a ser modelo quando fosse alçado ao sólio real, isto é, que não consentiria qualquer crime, pelo contrário, que detestaria os ímpios, aos caluniadores e aos soberbos; de toda parte, porém, mandaria vir conselheiros probos e fiéis [Sl 101.3-7]. (CALVINO, 1559, p. 460)

Caso falhassem nessa missão, poderiam ser considerados pérfidos traidores de seu ofício e de sua pátria. Embora pensasse assim, João Calvino preferia um governo aristocrata, pois acreditava que numa monarquia não havia mais possibilidade de os reis conseguissem ver corretamente e agir de uma forma mais justa.

Portanto, em virtude dos vícios ou defeitos dos homens, é mais seguro e mais tolerável quando diversos exerçam o governo, de sorte que, assim se assistam mutuamente, ensinem e exortem uns aos outros; e, se alguém se exalta mais do que lhe é justo, muitos sejam censores e mestres para coibir-se seu desregramento (CALVINO, 1559, p 458).

Para o reformador, portanto, cabia aos homens a discussão para definição da melhor forma de governo do lugar em que vivem, embora tivesse, ele mesmo, suas preferências.

4.3 A legitimidade dos impostos, taxas e tributos para a manutenção do governo e a obediência aos governantes

De acordo com o pensamento de João Calvino, os tributos e impostos que os príncipes impõem deveriam ser usados para sustentar e manter seus estados e estas arrecadações lhes são devidas por direito, devendo ser pautadas pela parcimônia e moderação, nunca excedendo ao luxo às expensas do povo. Os governantes também

poderiam fazer uso dos impostos e tributos de forma lícita para manter a autoridade e majestade de sua casa e isto estava vinculado, de certo modo, à majestade de seu ofício.

Assim vemos que o fizeram Davi, Ezequias, Josias, Josefa e os demais santos reis; igualmente José e Daniel viveram esplendidamente do erário público, conforme o requeria o estado a que foram elevados, sem experimentar por isso escrúpulos de consciência. Também lemos em Ezequiel que, por disposição de Deus, foram designadas aos reis grandes possessões [Ez 48.21]. E ainda que nesta passagem se descreva o reino espiritual de Cristo, contudo toma o padrão ou modelo de um reino terreno, justo e legítimo. Não obstante, os príncipes devem ter na memória que seus domínios são não propriamente suas arcas pessoais, mas os erários de todo o povo, como Paulo mesmo o declara [Rm 13.6]; os quais não podem esbanjar ou dilapidar sem manifesta violação de direito, ou, antes, são quase o próprio sangue do povo, ao qual não poupar constitui duríssima desumanidade.(CALVINO, 1559, p 464,465).

Segundo Calvino, os impostos e todos os demais tributos são subsídios da necessidade pública. Se usados de forma ilícita e aumentados desnecessariamente, tal ato não passava de tirania e/ou latrocínio.

Aos súditos para com seus magistrados, era necessário nutrir por sua função o mais profundo respeito, reconhecendo-se que sua jurisdição foi delegada por Deus. Por isso, os devem contemplar e os reverenciar como ministros e legados de Deus. O reformador se baseia na *Carta aos Romanos* para fundamentar essa perspectiva:

Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas. Portanto, aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos. Pois os governantes não devem ser temidos, a não ser pelos que praticam o mal. Você quer viver livre do medo da autoridade? Pratique o bem, e ela o enaltecerá. Pois é serva de Deus para o seu bem. Mas se você praticar o mal, tenha medo, pois ela não porta a espada sem motivo. É serva de Deus, agente da justiça para punir quem pratica o mal. Portanto, é necessário que sejamos submissos às autoridades, não apenas por causa da possibilidade de uma punição, mas também por questão de consciência. É por isso também que vocês pagam imposto, pois as autoridades estão a serviço de Deus, sempre dedicadas a esse trabalho. Dêem a cada um o que lhe é devido: Se imposto, imposto; se tributo, tributo; se temor, temor; se honra, honra.” (Rm 13.1-7).

De acordo com Calvino, a elaboração de leis pelos magistrados é legítima se formuladas com embasamentos honestos. O uso das leis e dos juízos, pelos magistrados, cabe aos magistrados, mas também à sociedade comum dos cristãos. Estas leis devem ser obedecidas e toleradas mesmo que não haja total concordância com elas. Além disso, as legislações deveriam ser obedecidas se estivessem em concordância com as Sagradas Escrituras.

Pois de fato importa que os cristãos sejam um gênero de pessoas nascidas para suportarem-se as afrontas e injúrias, expostas à perversidade, às imposturas, às zombarias de homens da pior espécie. Não só isso, mas também importa que suportem pacientemente a todos esses males, isto é, de um ânimo de tal modo disposto que, sofrida uma ofensa, se preparam para outra, sem prometer nada a si mesmos, por toda a vida, do que a constância de suportar uma cruz perpétua. Enquanto isso, que façam o bem aos que lhes fazem o mal, bendigam aos que os maldizem [Lc 6.28] e tudo façam para vencer o mal com o bem, que é sua única vitória [Rm 12.21] (CALVINO, 1559, p.471).

Em caso de contradições e de tirania não era permitido ao povo resistir e promover embates, mas sim buscar ajuda de Deus e dos governantes para resolver a questão surgida.

4.4 A influência política de Calvino em Genebra

Na Idade Média, a Igreja Católica estava o tempo todo interferindo na atuação dos reis e nobres, das autoridades locais e seculares. Com essa intromissão e influência religiosa dentro da perspectiva política, tornava-se comum também que houvesse intromissão política o tempo todo dentro dos segmentos religiosos. Reis eram nomeados pela Igreja, bispos eram nomeados pelos reis, cargos eclesiásticos eram comprados, havia um jogo de interesses entre o poder temporal e o poder eclesiástico. Eram dois poderes que praticamente não se separavam, um estava inserido dentro do outro.

A plenitude do poder percebia ele, transformava o papa em imperador, em sucessor de Augusto, não de Cristo; de Carlos Magno, não de Pedro, e com isso, como já observara são Bernardo, o sumo pontífice abandonava o cajado de pastor para empunhar o cetro real (DE BONI, 2006, p. 126).

Quando o modelo de pensamento de política entrelaçado à religião se separa, o medo que as pessoas possuíam de discutir sobre os assuntos políticos tornaram-se reduzido, porque não havia mais perspectiva de que, em última instância, a política deveria servir à religiosidade.

Diante disso, as pessoas comuns ficaram livres para se inserirem e para pensar sobre política de maneira autônoma, ainda que fosse comum a ideia de que a autoridade do monarca era instituída por Deus. Caso o monarca agisse com tirania e estivesse cometendo algum erro desobedecendo os princípios que regem a religião, estaria visível que ele estava fugindo daquilo que Deus colocou em seu caminho. E, com a nova mentalidade de separação entre poder temporal e eclesiástico, ficava mais confortável a sociedade criticar a atuação dos poderes políticos.

Na passagem da Idade Média para a Modernidade, ampliou-se e começou a tomar corpo a discussão reformadora, que já vinha acontecendo dentro da própria Igreja com Guilherme de Ockham, por exemplo, de separação dos dois poderes. De acordo com este pensamento, os dois poderes eram legítimos, tanto o poder temporal quanto o eclesiástico, pois o próprio Deus confere autoridade e legitimidade ao poder temporal. O poder dos Reis era considerado um poder divino. Entretanto, isso não significa que o rei deveria atuar interferindo diretamente nos assuntos da igreja e nem a igreja nos assuntos da política.

Dentro desse contexto, em Genebra, já estava ocorrendo uma reforma política. Genebra sempre teve um poder local, onde o bispado muito interferia na política. O poder eclesiástico sempre teve forte influência na atuação dos nobres da aristocracia da cidade e nesse período já estava ocorrendo uma reforma calvinista que desencadearia na separação do poder temporal do religioso genebrino: os bispados estavam sendo substituídos por magistrados. A autoridade política não estava girando mais em torno dos bispos, mas sim em torno das autoridades jurídicas, seculares.

O Estado, com suas leis naturais e civis parecia ter agora uma esfera que era caracteristicamente sua. Ele podia sentir-se chamado para desenvolver a própria humanidade natural e essencial do homem completamente à parte da necessidade de torná-lo cristão. (WALLACE, 2003, 98.)

Devido ao fato de que a própria igreja vinha tentando trazer os bispos para mais próximo de uma relação mais afinada com o Papa, locais que não faziam parte do centro da gravidade papal acabavam ficando um pouco mais esquecidos, pois não gravitavam em torno das discussões em voga em Roma. Devido a isso, os bispos de Genebra vinham atuando muito fortemente fora de Genebra e o poder secular genebrino acabou tomando conta do espaço que se encontrava vago; houve caso de o poder do bispo ser substituído pelo poder de um magistrado.

O resultado disso foi que, guiado por sua sabedoria própria e confiando em seus próprios recursos terrenos, o Estado tendeu a sentir que podia encontrar seu próprio caminho na vida sem a direção da Igreja. Havia uma tendência crescente para que a unidade existente entre a Igreja e o Estado fosse dissolvida e para que o Estado continuasse sozinho a sua caminhada. (WALLACE, 2003, p.98.)

Com o passar do tempo a secularização do Estado vai se intensificando na cidade e a ideia de separação entre o poder político do poder espiritual se fortalece. Acontece em Genebra uma virada onde o poder temporal acaba tendo mais interferência na vida direta das pessoas do que, necessariamente, o poder espiritual.

A preocupação de Calvino em Genebra era novamente unir fortemente a Igreja e o Estado em mútua interdependência de tal maneira que a Igreja tivesse sua independência espiritual restaurada e que se permitisse ao governo civil reter seu completo poder sobre todas as decisões próprias da sua esfera. (WALLACE, 2003, p.98)

Além de se preocupar com a interdependência da Igreja e do Estado em Genebra, Calvino demonstrou também sua preocupação que além de encontrar a salvação em Cristo Jesus, as pessoas de sua época deveriam compreender que eram de muita importância na comunidade em que viviam. Calvino tentou assegurar que os genebrinos entendessem que havia comunicação entre eles e que havia a necessidade de que cada um cuidasse um do outro, pois assim estavam contribuindo valorosamente para o grupo social.

O que Calvino pôde realizar em sua vida em Genebra merece ser chamado de uma comunidade na qual tanto a Igreja quanto o Estado serviram um ao outro ao servirem à Palavra de Deus, e em que o indivíduo era nutrido e treinado para a verdadeira liberdade e responsabilidade comunitária. (WALLACE, 2003, p. 99.)

Alguns historiadores da Igreja consideraram o regime de Calvino estabelecido em Genebra como uma teocracia, pois, ele buscava um governo organizado do pensamento cristão sobre a sociedade, outros historiadores a chamam de clerocracia. Calvino colocou o Estado como sendo subordinado a Igreja.

Ninguém se perturbe crendo que estou agora a atribuir ao governo dos homens o cuidado de corretamente estabelecer-se a religião, que acima pareço haver posto além do arbítrio de homens, visto que, aqui em nada diferente do que disse antes, estou permitindo ao homens que elaborem a seu arbítrio leis quanto à religião e ao culto de Deus, quando aprovo uma ordem civil que faça com que a verdadeira religião, que está contida na lei de Deus, não seja abertamente e por sacrilégios públicos impunemente violada e conspirada. Mas, ajudados pela própria perspicuidade da disposição, os leitores compreenderão melhor qual é o consenso de toda a matéria da administração política, se examinarmos suas partes, separada e minuciosamente. (CALVINO, 1559, p. 453.)

A preocupação de João Calvino não era tornar a Igreja ou o clero soberano, mas sim que o que a Igreja oferecesse tivesse um padrão de excelência. Para isso, dentro

da vida da Igreja e da comunidade genebrina a *Palavra de Deus* deveria ter total liberdade para influenciar ambas as esferas. A preocupação de Calvino era que a Palavra de Deus produzisse os frutos do Espírito e que as autoridades civis entendessem que precisava não apenas da Palavra de Deus, mas também da Igreja, pois era por meio dela que as *Escrituras* eram propagadas.

Calvino não poderia ter imaginado um governo puramente secular, que, de alguma maneira, não expressasse um especial reconhecimento e encorajamento a essa Igreja. Para ele, mesmo governos pagãos necessariamente reconheciam alguma forma de religião. Entretanto, a própria Igreja não pode viver à parte, mas deve agir como o órgão mais vital da comunidade como um todo. Do contrário, ela não poderia exigir, com justiça, a ajuda do poder civil para estabelece-la e apoiá-la. Os cristãos, também, precisam perceber que eles mesmo não podem romper com todas as associações externas da sociedade civil, às quais eles devem testemunhar de maneira clara. (WALLACE, 2003, p. 100.)

O fato de a Igreja ser livre de impedimento para propagar a *Palavra de Deus*, segundo Calvino, não exige necessariamente que a mesma ocupe uma posição de supremacia ou altos privilégios dentro da comunidade. Como Cristo aceitou, a Igreja também deveria aceitar a forma de servo dentro de Genebra.

Mas, como há pouco chamamos a atenção dizendo que este gênero de governo é distinto daquele reino espiritual e interior de Cristo, devemos também saber que de forma alguma é contrário a ele. Ora, este reino espiritual começa justamente aqui na terra em nós uma certa prelibação do reino celeste, e de certo modo auspícia nesta vida mortal e passageira a bem-aventurança imortal e incorruptível. Mas o objetivo do governo temporal é manter e conservar o culto divino externo, a doutrina e religião em sua pureza, o estado da Igreja em sua integridade, levar-nos a viver com toda justiça, segundo o exige a convivência dos homens durante todo o tempo que vivermos entre eles, instruir-nos numa justiça social, fomentar a harmonia mútua, manter e conservar a paz e tranquilidade comuns, coisas essas que reconheço serem supérfluas, se o reino de Deus, como ora se acha entre nós, extingue a presente vida. (CALVINO, 1559, p.452-453)

Sendo assim, Calvino conseguiu trazer a Genebra uma organização mental cristã reformada que tinha efeitos diretos na esfera política da sociedade genebrina, causando ordem social não só em Genebra, mas em outros lugares além dos muros da cidade.

Com a ideia de interdependência entre a Igreja e o poder político e a compreensão de que embora fossem poderes distintos, possuíam ligação entre si - o que não permitia a Igreja ter supremacia em relação ao governo político ou ser portadora de privilégios- o poder espiritual contribuía junto ao poder temporal a manter uma organização política e social trazendo, além disso, a mente da comunidade uma reflexão a pratica de cuidado mútuo entre o povo e a preocupação de os indivíduos cumprirem feliz sua vocação dentro da sociedade. Seja qual for seu trabalho, deve-se percebê-lo como um chamado sagrado que seria cumprido por meio do auxílio de Deus.

Ainda que Calvino pudesse falar de uma ocupação terrena como um fardo colocado sobre nós por Deus, no seu ministério e na sua pregação ele, de fato, tenta chacoalhar a mente das pessoas com a visão da glória a ser percebida até mesmo na realização de um trabalho humilde na comunidade que, em si mesmo, é digno de ser chamado de santo e cristão. (WALLACE, 2003, p.109.)

João Calvino foi um líder cristão relevante a contextualizado em Genebra, mesmo compreendendo que a cidade já havia experimentado resultados

transformadores fruto de sua adesão a fé reformada, através de reformadores anteriores a ele, Calvino viu que ainda faltava algo em Genebra. Sua liderança organizadora e participativa produziu uma verdadeira reforma urbana em todos os níveis. O reformador fazia as coisas acontecerem e o seu desejo de implementar o ideal cristão na vida da cidade produziu mudanças profundas, não apenas nas estruturas dos governos, mas nos governantes e nos cidadãos.

5. Conclusão

Como já se sabe, Genebra era governada por concílios e antes de Calvino não havia uma normatização legislativa organizada e explicitada para todos, com seu conhecimento jurídico e seu pensamento voltado para a submissão bíblica, o reformador foi chamado para ajudar na confecção do corpo de leis da cidade. Para o pensador não havia uma desassociação entre a vida cristã e a sua participação nos assuntos da comunidade e, justamente por se entender que a participação política do povo é responsabilidade de todo cristão, a posição em relação a forma de poder refletia uma rejeição a qualquer tipo de poder que fosse déspota e tirânico. O reformador defendia que o poder civil deveria ser uma representação da vontade popular, ao mesmo tempo em que o povo deveria se tornar preparado para ser participativo. Nos últimos anos do teólogo em Genebra, a amplitude de seu trabalho, liderança e ensino já havia desencadeado uma nova mentalidade urbana.

João Calvino buscou, mediante princípios baseados em novas interpretações das *Escrituras Sagradas*, definidas atualmente como “Doutrina Reformada”, alterar o entendimento sobre princípios e imposições que, aos seus olhos, não beneficiavam a política e a organização do Estado e da cidade. Com o tempo a doutrina cristã calvinista se espalhou pelo mundo tornando-se um sistema de vida. Não somente o pensamento religioso de Calvino se ampliou para além dos muros de Genebra, mas também seu entrosamento político, desencadeando em muitos outros países uma busca por um governo onde o poder político era uma representação popular, longe de um governo tirânico e déspota.

Além disso, seu pensamento religioso proporcionou aos calvinistas contemporâneos o mesmo pensamento implantado em Genebra: é dever do cristão prezar pela ordem social se envolvendo no poder político e na melhora urbana, assim também como no ensino da Palavra de Deus. O cristão deve se preparar para algum tipo de trabalho secular, cuidar da vida de sua família e promover o bem-estar de outros, além de buscar a organização da cidade de todas as maneiras possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIÉLER, André. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**. São Paulo: Cultura Cristã, 1990.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALVINO, João. **As Institutas ou Tratado da Religião Cristã**. Livro II. São Paulo:

Casa Editora Presbiteriana, 1985.

_____. **As Institutas ou Tratado da Religião Cristã**. Livro IV. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

_____. **As Institutas. Edição Clássica**. Tradução Waldir Carvalho Luz. 2ª Edição. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. Volume 4.

CALVINO, Juan. **Respuesta al Catedral Sadoleto**, 4ª ed. Barcelona: FRLR, 1990
Fonte Secundaria:

DOOYEWEERD, Herman. **Estado e Soberania**: ensaio Sobre Cristianismo e Política. São Paulo: Vida Nova, 2014.

_____. **Raízes da Cultura Ocidental**. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Grécia e Roma: vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. 2nd ed. São Paulo: Contexto, 2002, p.143.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos Reformadores**. São Paulo: Vida Nova, 1994.

HALL, David W.; BURTON, Matthew D. B. **Calvino e o comércio**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

LANZIERI, C. J. **As pegadas de um gigante medieval**: Liberdade e ética nas concepções políticas de João de Salisbury (c.1120-1180) no *Metalogicon* e no *Policraticus*. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015.

LOYD-JONES, Martyn. **Os Puritanos**: suas Origens e Seus Sucessores. Llangetho. PES, 1993.

O'REILLY, Augustine J. Os Mártires do Coliseu: **O Sofrimento dos Cristãos no Grande Anfiteatro Romano**. 2ed. Trad. M. D. Andrade. Rio de Janeiro: CPAD, 2005, p.33-34

ORLANDIS, J. **El Rey Visigodo Católico**. In: **De la Antigüedad al Medievo (siglos IV– VIII) – III Congreso de Estudios Medievales**. Ávila: Fundación Sánchez, Albornoz, 1993.

RUDEM, Wayner e ASMUS, Barry. **Economia e Política na Cosmovisão Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2016.

RYKEN, L. **Santos no Mundo** - os puritanos como realmente eram. São José dos Campos: Fiel, 1992.

SCHAFF, Philip. **History of the christian church**. Volume VIII, 2006, p.310.

SCIADINI, Frei Patrício. (org.). **São João da Cruz**: Doutor da Igreja. Obras Completas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.124.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WALLACE, Ronald. **Calvino, Genebra e a Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. p.9-97

ARTIGOS, SITES E REVISTAS

Unknown. **Santo Agostinho - ESTADO E IGREJA: Cidade dos Homens e cidade de Deus**. Disponível em: <http://epigrafeshistoricas.blogspot.com/2013/01/santo-agostinho-estado-e-igreja-cidade.html?m=1>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

Andrew Jumper. **A relevância da teologia de Calvino para o século 21**.

Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/movimento-reformado-calvinismo/joao-calvino/a-relevancia-da-teologia-de-calvino-para-o-seculo-21/>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

CLARK, Gordon H. A Ética Calvinista. Disponível em: <http://monergismo.com/gordon-haddon-clark/a-etica-calvinista/>. Acesso em 18 de outubro de 2019

MURRAY, John. Gordon H. **Soberania Divina**. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/soberania_divina/John_Murray_Soberania_Deus.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2019